

Novas regras na Amazônia Legal

Gabriela Mascarenhas
Brasília

O Ministério do Meio Ambiente prepara mudanças na Instrução Normativa (IN) que estabelece regras para o desmatamento de áreas rurais da Amazônia Legal, região que abrange os Estados do Pará, Amapá, Tocantins, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e municípios localizados no Maranhão e em Mato Grosso.

Uma das alterações pode beneficiar pequenos agricultores da área: a nova versão da IN poderá determinar que o conceito (incluindo tamanho e modalidade de exploração) da propriedade familiar a ser considerado para fins de desmatamento na região será aquele adotado pelo Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

CÓDIGO FLORESTAL - Hoje, o Código Florestal define como médias e grandes propriedades aquelas com área acima de 150 hectares e, como pequenas, as



com área entre 3 e 150 hectares. A proposta apresentada é considerar como pequenas as áreas com até 300 hectares.

Como para definir propriedade familiar o Pronaf utiliza módulos de tamanhos diferentes, entre 50 hectares e 120 hectares, a dimensão das pequenas iria variar de acordo com cada região.

A proposta foi apresentada pela Frente Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional, conhecida como bancada ruralis-

ta, em reunião com integrantes da Comissão Regional de Monitoramento de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

“A sugestão está sendo analisada. Vamos estudar quais serão as implicações legais desse ajuste”, afirmou a secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Alegrette.

Segundo ela, há o temor de que a medida aumente o desmatamento. Por outro lado, segundo a presidente da bancada ruralista, deputada Kátia Abreu (PFL-TO), com a nova definição será possível diminuir o excesso de burocracia existente hoje para a produção.

Outra mudança diz respeito ao fim da exigência de que o próprio produtor seja o responsável pelo projeto técnico do uso do solo e pela vistoria prévia do local antes de receber a autorização para o desmatamento. Esta responsabilidade deverá ser dos órgãos do governo. Todas as propostas serão levadas para avaliação do ministro do Meio Ambiente ainda nesta semana. ■